

O INCONSCIENTE E O SER DA ANÁLISE

LUDMILA KLOCZAK¹

KLOCZAK, L. O inconsciente e o ser da análise. *Semina: Ci., Soc./Hum.*, Londrina, v. 13, n. 3, p. 208-211, set, 1992.

RESUMO: A autora procura explicar o mecanismo de funcionamento dos processos inconscientes, a origem do inconsciente e sua relação com a consciência e os processos secundários correlacionando estes aspectos com a função e os limites da análise.

PALAVRAS-CHAVE: Processos primários - processos secundários; Princípio do prazer - princípio da realidade; Origem do inconsciente; Ser da análise.

"uma parte de mim é multidão; outra parte estranheza e solidão ..."

(Ferreira Gullar)

Entre os fundamentos na constituição da teoria psicanalítica destaca-se a conceituação e a distinção entre os dois modos de funcionamento do aparelho psíquico, o processo primário e o processo secundário, cuja compreensão remete e envolve os dois modos de circulação da energia psíquica, a energia livre e a energia ligada, bem como, a oposição entre o princípio do prazer e o princípio da realidade.

Os processos primários surgem das perturbações provocadas pelas necessidades básicas internas. Naturalmente, não há um estado original de repouso a partir do qual aparecem as sensações de prazer-desprazer. Mas a sua concepção, mesmo ficcional, é útil para compreender o funcionamento da vida mental e, quiçá, a gênese do inconsciente.

O propósito dominante dos processos primários é o de alcançar o prazer e evitar o desprazer, objetivo este que o psiquismo pretende atingir através de alucinações, tal como se observa nos pensamentos oníricos.

A impossibilidade de satisfação por esta via e a frustração forçam o aparelho psíquico a considerar as circunstâncias reais no mundo externo e a constituir o princípio da realidade através dos processos psíquicos secundários.

Enquanto os processos primários correspondem a uma forma de energia livre, que tende para a descarga de forma mais direta possível, os processos secundários expressam-se através da energia ligada cuja descarga é retardada ou controlada (GARCIA-ROZA, 1988).

A passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade deve-se essencialmente à repressão primária que regula a utilização dos mecanismos alucinatórios. Isto porque, num primeiro momento, o psiquismo trata os estímulos desagradáveis internos como se fossem externos, empurrando-os para o mundo externo.

Com a introdução do princípio da realidade entra em ação a consciência, a qual, além das qualidades de prazer e desprazer, passa a incluir qualidades sensoriais e perceptivo-motoras na avaliação da realidade.

Para tanto, desenvolvem-se funções da consciência, tais como, a atenção, a memória, o julgamento. Inclusive, a descarga motora que, até então, servira para aliviar o aparelho mental do acúmulo de estímulos, passa a desempenhar um papel ativo sobre a realidade.

Isto só é possível através do processo do pensar, que permite ao aparelho mental tolerar as tensões produzidas pelos estímulos, deslocando pequenas quantidades de catexias junto com menor dispêndio de energia.

Freud assinala em um artigo de 1911 que o pensar originalmente era inconsciente, não ultrapassando simples apresentações ideativas associadas a relações entre impressões de objetos, só vindo a adquirir um estatuto epistêmico ao ligar-se a resíduos verbais (FREUD, 1969).

Entretanto, nem toda a atividade do pensamento foi colocada a serviço do princípio da realidade, assim como as fontes de prazer não foram destruídas. Ao contrário, a tendência do aparelho mental em poupar energia não abdicando das fontes primárias de prazer, levou à separação de uma parte da atividade de pensamento e a sua subordinação somente ao princípio do prazer. Esta atividade é o fantasiar que pode ser observada nas brincadeiras infantis e, posteriormente, nos devaneios.

1 - Departamento de Fundamentos de Psicologia e Psicanálise/Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Londrina, Caixa Postal 6001, CEP 86051-970, Londrina - Paraná - Brasil.

O que se pode depreender das fantasias e dos fenômenos lacunares é o desprezo pelo teste da realidade, típico dos processos inconscientes. Eles equiparam a realidade interna com a externa e o desejo com a sua realização.

Estes atos psíquicos com o seu modo peculiar de funcionamento fazem parte de uma estrutura, de um sistema de leis multideterminado, com uma sintaxe própria e que está a serviço da pulsão. Este sistema é o inconsciente, pedra de toque da psicanálise, cuja existência e vias de acesso foram determinadas por Freud.

Dentre as características do inconsciente, reconhecemos as representações pulsionais que procuram descarregar sua catexia, ou seja, impulsos carregados de desejo, que buscam satisfação.

Como a finalidade do inconsciente é afirmar o desejo, este busca caminho ao consciente até pela coexistência e combinação de representações contraditórias. Não há negação e incompatibilidade entre as mesmas.

O inconsciente é regido pelos processos primários, através de deslocamento e condensação, e atende ao princípio do prazer. Sua energia é livre e vive deslizando de uma representação para outra, procurando descarga rápida.

Esse deslizamento contínuo confere um caráter absurdo às representações quando assomam à consciência. É o que se observa nos sonhos, nos sintomas.

GARCIA-ROZA (1988) observa que o movimento da energia pulsional é contínuo e ininterrupto, conferindo às representações atemporalidade: nem são ordenadas no tempo, nem sofrem desgaste do tempo.

Temos, então, que o aparelho psíquico funciona de acordo com dois sistemas, o inconsciente e o pré-consciente-consciente, os quais atendem a dimensões diferentes da ação psíquica.

Sem dúvida, os produtos da atividade inconsciente podem penetrar na consciência, e o fazem por vias indiretas, mas a sua manifestação consciente sofre os efeitos da resistência. Este fenômeno denota que a exclusão da idéia inconsciente é obtida através do concurso de forças vivas e intensas, que se opõem à sua recepção.

Ao definir as características do inconsciente em um artigo de 1915, Freud observa que a inconsciência é uma fase regular e inevitável nos processos que constituem nossa atividade psíquica. Todo ato psíquico começa como um ato inconsciente e pode permanecer assim ou evoluir para a consciência, segundo encontra resistência ou não. A distinção entre atividade pré-consciente e inconsciente não é primária, mas estabelece-se após a repressão ter surgido. Somente a diferença entre idéias pré-conscientes, que podem aparecer na consciência e reaparecer a qualquer momento, e idéias inconscientes que não podem fazê-lo, adquire um valor tanto teórico quanto prático (FREUD, 1974).

LACAN (1983) considera que a origem do inconsciente situa-se na entrada do sujeito no simbólico. A pulsão ilimitada confronta-se com a perda originária representada pela primeira experiência de satisfação ou gozo,

que é traumática pelo que contém de inatingível e que foge à significação, pois é vivida ao nível corporal, sem inscrição psíquica.

Este momento junta-se imediata e simultaneamente ao segundo momento que é o da significação. Ao recobrir esta satisfação primária, o simbólico possibilita a inscrição do sujeito no mundo das representações. Determina-se o sujeito, mas perde-se o prazer originário não simbolizável, marca da incompletude do ser humano.

O vazio primário vai sendo ocupado por diversos objetos, permutáveis entre si, cuja catexia é proporcional à possibilidade de satisfação pulsional.

Inicialmente, o que predomina é a necessidade de auto-preservação. Paralelamente à satisfação de uma necessidade básica pela amamentação produz-se prazer ao sugar. Este é o ponto de emergência da pulsão. A libido é contida nos limites das zonas erógenas.

Neste sentido, os objetos que satisfazem à pulsão são introjetados pelo ego e os que produzem desprazer são expelidos. A passagem do interno para o externo se faz de modo fantasmático, ao nível do imaginário.

A natureza dos elementos que fazem parte do imaginário é a experiência corporal de uma diferença erógena. Corresponde a uma experiência sensorial da diferença, à discriminação, à percepção de uma diferença e à experiência dessa distinção diferencial enquanto tal. Os primeiros representantes da pulsão seriam, então, as impressões táteis, olfativas e cinestésicas da diferença e as suas oposições.

O recalque originário e a emergência do inconsciente ocorreriam quando fosse negado acesso ao consciente destes representantes da pulsão, estabelecendo-se uma fixação do representante à pulsão e a busca de recursos simbólicos, ou seja, da linguagem para ultrapassar o sujeito consciente e constituir-se o Outro do desejo (FREUD, 1972; GARCIA-ROZA, 1988).

Após estas considerações iniciais que definem um quadro bastante resumido da origem do inconsciente, tentaremos abordar questões referentes à representação e sua origem no contexto do psiquismo.

A análise teórica do inconsciente sofre as influências das limitações próprias de uma lógica identitária, que tem sido o modo de pensar norteador do vasto campo do saber humano.

CASTORIADIS (1982) revela a insuficiência deste modo de pensar, pois não abarca todos os fenômenos conhecidos, seja na física, seja no campo das ciências humanas.

Assim, pensar o inconsciente implica em considerar a emergência de uma alteridade, de um novo inesperado, indefinido e indefinível a não ser parcialmente. Não se alcança o inconsciente através da relação de causalidade. Esta representa a negação da alteridade e a afirmação da identidade: "identidade na repetição das mesmas causas produzindo os mesmos efeitos, identidade última da causa e do efeito, posto que cada um pertence necessariamente ao outro ou os dois a um mesmo" (CASTORIADIS, 1982, p. 207).

A partir da lógica identitária os acontecimentos contêm significações racionais que podem e devem ser produzidas umas a partir de outras.

O novo é construído através de operações de escolha, distinção, definição, determinação, isto é, tudo é dedutível, produzível a partir do que existe.

Quando se trata do ser do inconsciente, sua existência e modo de ser escapam desta lógica.

Neste sentido, o autor enfatiza a importância da grande descoberta freudiana acerca do inconsciente.

A afirmativa de que o inconsciente ignora o tempo e a contradição expõe as deficiências da lógica tradicional. Senão, vejamos. O inconsciente constitui um "lugar" onde o tempo identitário determinado por e determinando uma sucessão ordenada de eventos não existe, onde os contraditórios não se excluem mutuamente, onde nem se cogita de contraditórios e nem é verdadeiramente um lugar, já que o lugar implica a ordem e a distinção (CASTORIADIS, 1982).

Não se trata apenas do avanço do conhecimento que exige modificações teóricas, mas da própria natureza do objeto que não se deixa categorizar, organizar. Cedo ou tarde, toda conjuntura teórica mostra-se parcial, lacunar, fragmentária, insuficiente. Soluções teóricas utilizadas engendram novos enigmas, cujas relações com as anteriores permanecem intratáveis e inapreensíveis pela lógica identitária.

A representação material essencial do inconsciente, escapa aos esquemas lógicos mais elementares, não se submete às exigências da determinidade.

Somos quase que irresistivelmente atraídos pela tentação de submeter o inconsciente ou a um modelo mecanicista ou a uma estrutura linguística. Assim como utilizamo-nos da visão adulta para compreender as experiências infantis, imputando às crianças vivências que não são suas, deformando-as, assim também traduzimos numa linguagem logicista o modelo de ser e a organização do inconsciente (CASTORIADIS, 1982).

Não seria uma manifestação do inconsciente esta tendência humana de estabelecer determinismo naquilo que não se determina?

Por exemplo, a análise dos sonhos nos remete à representação inconsciente tal como ela é, caracterizada pela fusão, pela indistinção. Não se trata de figuras separadas, claras e distintas que estariam embaralhadas, mas sim do ser da psique que é gênese de representações, as quais em número ínfimo e de cunho arcaico eram para a psique o "mundo" do qual o longo trabalho da formação do indivíduo as separou para fins da existência em vigília, e que nos remetem ao enigma de um representar-representação originário.

A representação, que aliás não pode ser separada da intenção inconsciente e do afeto, não é analisável. Toda decomposição em elementos é provisória e artificial.

A representação é indefinida e não tem fronteiras. A todo momento revela-se a sua não-pertinência a qualquer relação determinada. Mesmo a livre-associação que não é livre e nem não-livre, é um desvendar parcial de

aspectos de um co-pertencer, que jamais saberemos dizer se já preexistia à sua formulação ou é criado por ela. A associação age como um fio condutor entre tramas de uma malha que, ora são pontos, ora são linhas, e que sempre deixam dúvidas se estão sendo revelados ou criados e transformados na cadeia associativa. A relação entre os termos é constantemente redefinida, ora aproximando-os, ora separando-os indefinidamente (CASTORIADIS, 1982).

Esta questão remete-nos ao ser do analista que tem por função interpretar aquilo que não se deixa capturar. Mas, então, o que faz o analista? Fala da representação. E o faz utilizando-se de fragmentos que são fixados, que representam o papel de pontos de referência traduzidos em palavras, de maneira que se possa, por aproximação, saber "de que se fala". Mas não podemos reduzir estes fragmentos fixados pela linguagem a operações conjuntistas e identitárias e, menos ainda, a construções precisas e exatas.

Neste aspecto, a interpretação, ao estabelecer uma lógica e uma ordem nas representações inconscientes e determinar um sentido, não suprime o ser da representação. Isto é, o modo de ser, o nível de ser e o ser-assim do delírio ou da alucinação ou do conteúdo onírico não são anulados pela constatação de que o seu conteúdo é interpretável, do mesmo modo que o ser-cor da cor não é anulado pelas equações da física. Af está o sutil desvio da lógica identitária: acreditar que o ser é capturado através da interpretação.

A verdadeira interpretação ocorre num contexto político-poético singular, o da análise. Os sentidos que se encontram para as representações só valem no contexto da análise. Escapam da lógica identitária, pois não atendem aos critérios de generalização, verificação por repetição. Isto não quer dizer que a interpretação é arbitrária, possa ser qualquer coisa. A significação pode ser permanentemente retomada e só existe para o sujeito "analisado", sujeito enigmático por excelência, desconhecido – nem o paciente tal como é, nem o paciente tal como deveria ser, de acordo com uma norma fixada a priori, mas o paciente tal como se faz e se fará no e pelo processo analítico (CASTORIADIS, 1982).

Por isso a análise é interminável. Cada vez que se estabelece uma equivalência de sentido, dissolve-se a ligação de representação com a palavra e aquela assoma em outro lugar, revelando outras rupturas e descontinuidades.

Freud em uma obra que se tornou um dos pilares da teoria psicanalítica, datada de 1900, compreendeu a dimensão da ação inconsciente quando, ao tratar dos sonhos, afirmou que "existe pelo menos um ponto em todo o sonho no qual ele é insondável – um umbigo, por assim dizer, que é seu ponto de contato com o desconhecido" (FREUD, 1972b, p. 560).

Retomando as deduções de Freud a respeito do que está além do sonho, além do esquecimento, além do sintoma, Lacan assinala que "aquilo de que se trata o tempo todo é de um desejo. Esse desejo corre como um

anel que vemos desaparecer e reaparecer num jogo de passa-passa" (LACAN, 1983, p. 58)

É da natureza do inconsciente não ser subjugado numa totalidade. Mesmo num sonho mais completamente interpretado, encontrar-se-á uma passagem que permanecerá obscura. É como se houvesse um enovelamento de pensamentos oníricos que não se dá a conhecer e que, ademais, não contribui em nada para o entendimento do conteúdo do sonho.

Os pensamentos oníricos a que se chega pela interpretação não podem, pela natureza da pulsão, possuir qualquer término definido. Tendem a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo mental, à procura de novos pontos de emergência. E é destes pontos que o "desejo onírico se desenvolve, como um cogumelo de seu micélio" (FREUD, 1972b,

p. 560).

O analista se depara o tempo todo, seja na sua prática analítica, seja na sua análise pessoal, seja na análise da prática, com este saber que desliza, que a cada vez é outra coisa, o desconhecido que fala dentro do sujeito através de lacunas, de rupturas, de sintomas.

Não se pode ter a pretensão de chegar ao âmago, porque aquilo que parecia ser o cerne se desfaz e se transforma em outra coisa.

A consciência de que está investido de um suposto saber que nada sabe sobre o sujeito do inconsciente, leva o analista a destituir-se de uma posição narcisista e verificar que não resolve os problemas do ser humano. No máximo, e esta é sua tarefa, pode ampliar o campo da consciência ou da enunciação de modo a que o sujeito passe a determinar a sua conduta.

KLOCZAK, L. The unconscious and the being of analysis. *Semina: Ci. Soc./Hum.*, Londrina, v. 13, n. 3, p. 208-211, Sept. 1992

ABSTRACT: *The author tries to explain the mechanism of the unconscious functioning processes, the origin of the unconscious and its relation with the consciousness and the secondary processes and its interrelation with the function and the limits of analysis.*

KEY-WORDS: *Primary processes - Secondary processes; Pleasure principle - Reality principle; Origin of the unconscious; The being of analysis.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 12, p. 278-285: *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911)

_____. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 12, p. 328-334: *Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise* (1912).

_____. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 14, p. 213-217: *O Inconsciente* (1915).

_____. Rio de Janeiro: Imago, 1972a. v. 14: *A interpretação dos sonhos* (1900).

_____. Rio de Janeiro: Imago, 1972b. v. 5: *A interpretação dos sonhos* (1900).

GARCIA-ROZA, L.A. *Freud e o inconsciente*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, J. *O seminário: escritos técnicos de Freud*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Recebido para publicação em 16/3/92